

# A categoria “estudos coloniais” é indispensável?<sup>1</sup>

*Is the category “colonial studies” indispensable?*

**Jean-Frédéric Schaub\***

*Traduzido por Bruno Pessoti<sup>2</sup>*

Emmanuelle Sibeud, em um artigo recente sobre os estudos pós-coloniais, enfatiza o quanto é importante não isolá-los das outras modalidades de questionamentos críticos das ciências sociais. As observações que seguem convidam a ampliar a discussão, insistindo nos inconvenientes que poderiam advir da constituição de um domínio dos estudos coloniais como setor identificável no seio das ciências sociais<sup>3</sup>. Essa proposta de debate parte da hipótese de que, no caso francês, a especialização colonial, retomando o tempo perdido, pode igualmente perpetuar uma cisão discutível entre história interior da metrópole e história do além-mar. Outras experiências e outras heranças oferecem configurações sensivelmente diferentes. A discriminação espacial entre centros e periferias não pode funcionar da mesma maneira na América. Pois, no Novo Mundo, os colonos construíram sua independência sobre o sentimento de serem os colonizados. As historiografias do Brasil e dos Estados Unidos se encontram, de fato, engajadas em confrontos que podem se revelar úteis para refletir as articulações entre metrópoles e conquistas. Do ponto de vista das pesquisas europeias, nas suas relações com os estudos sobre as outras regiões do mundo, o domínio colonial, se ele devia ser substancializado, perpetuaria a tentação de conhecer as sociedades não europeias primeiramente sob o prisma da experiência colonial. O recorte imposto é linguístico e, conseqüentemente, nacional: ele imprime uma marca europeia à região estudada, sem garantir em contrapartida a essa história um lugar definido no discurso nacional metropolitano. Outros caminhos são possíveis e, já há muito tempo,

<sup>1</sup> Agradeço a Stéphane Van Damme, Anna Joukovskaïa, Alain Mahé e Anne Simonin pela leitura e comentários. O artigo foi originalmente publicado em *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 2008/ 3, 63<sup>e</sup> année, p. 625-646. Versão em português autorizada pelo autor (N. do E.).

\* Professor do Departamento de História da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.

<sup>2</sup> Professor de História Antiga e Medieval Universidade Federal do Oeste da Bahia.

<sup>3</sup> SIBEUD, Emmanuelle. Du postcolonialisme au questionnement postcolonial: pour un transfert critique. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n. 54-4, 2007, p. 142-155.

explorados, que evitam não apenas os amálgamas, mas também as fragmentações arbitrárias. Dois exemplos serão aqui evocados: a questão das estruturas imperiais que impõe um discurso unificado da politização local do país em expansão e dos territórios conquistados; a formação de preconceitos de raça nas dinâmicas políticas, econômicas e socioculturais cujos atores são os europeus e os não europeus.

### *A consciência de um atraso francês*

Há muito tempo, as grandes empreitadas de Charles-André Julien e Charles-Robert Ageron não puderam desmentir, elas apenas, uma recusa generalizada de alocar as questões coloniais no epicentro do debate historiográfico francês<sup>4</sup>. Essa situação era o reflexo de uma hierarquia de prioridades que remontava ao século XIX, e que colocava todas as questões concernentes ao Império em posição secundária em relação àquelas da República e da nação. O famoso apóstrofe de Paul Déroulède a Jules Ferry – “eu perdi duas irmãs e você me oferece vinte domésticas” (1885) –, a propósito das novas colônias conquistadas depois da perda da Alsácia-Lorena, dá o tom<sup>5</sup>. No século XX, na Indochina e na Argélia, a França sofreu derrotas militares, políticas, diplomáticas e morais que a afetaram como nunca antes a questão colonial havia conseguido fazer. Disso resultou uma transformação de regime e um ardoroso desejo de esquecer. Foi preciso, em 2006, que um longa-metragem de ficção sobre a presença de indígenas africanos nas Forças Francesas livres fosse visto por milhões de espectadores, para que o presidente da República impusesse a revalorização das pensões dos antigos combatentes sobreviventes da África<sup>6</sup>. Esse episódio diz bastante sobre o tipo de relações que a República manteve com as antigas populações coloniais.

Negação, recuo, recusa de memória, essas atitudes foram denunciadas depois de muitos anos. A elas se juntou uma reação política de natureza parlamentar: a adoção do artigo 4 da lei de 23 de fevereiro de 2005 que obrigou os professores a apresentar aos seus alunos os aspectos

<sup>4</sup> Convém, aqui, enaltecer o trabalho exemplar das edições Bouchène: AGERON, Charles-Robert. *Le gouvernement du général Berthezène à Alger en 1831*. Saint-Denis: Bouchène, 2005; AGERON, Charles-Robert. *Les Algériens musulmans et la France, 1871-1919*. Saint-Denis: Bouchène, [1968] 2005; AGERON, Charles-Robert. *De l'Algérie «française» à l'Algérie algérienne*. Saint-Denis: Bouchène, 2005; AGERON, Charles-Robert. *Genèse de l'Algérie algérienne*. Saint-Denis: Bouchène, 2005.

<sup>5</sup> GIRARDET, Raoul. *L'idée coloniale en France de 1871 à 1962*. Paris: La Table Ronde, 1972, p. 63.

<sup>6</sup> Indigènes de Rachid BOUCHAREB, 2006.

positivos da colonização (“Os programas escolares reconheceram em particular o papel positivo da presença francesa além-mar, principalmente na África do Norte...”)7. Em nome do respeito devido aos soldados franceses mortos no curso das guerras coloniais, e daqueles que trabalharam para o benefício dos territórios colonizados, isso deveria ser aprendido, trata-se de ensinar uma justificativa moral da questão colonial a partir das infraestruturas (transportes, saúde, educação). Esse argumento é análogo à justificativa do fascismo para as rodovias, do nazismo para o desaparecimento do desemprego, do stalinismo para a industrialização e do castrismo para a escolarização. Por isso, o esquecimento ainda seria melhor do que essa sobrecarga ideológica. Recentemente, enfim, as escolhas museográficas efetuadas pelos idealizadores do museu de Quai Branly e da Cidade Nacional da História da Imigração tendem a separar experiência colonial, enquanto tal, como elemento de compreensão8.

Todos esses fenômenos alimentam com justiça uma vontade, em sentido contrário, de retomada. Um tom militante se impôs parcialmente para defender a urgência e a legitimidade de uma história da questão colonial, assim como os pioneiros e as pioneiras da história das mulheres e da história do gênero tiveram que desenvolver práticas militantes para impor a presença do seu campo de pesquisas no debate científico geral. O momento fundador que precede a instalação na discussão científica global bem que poderia ser superado a partir de agora. Há mais de vinte anos, a publicação e o comentário do Código Negro de 16859, mais recentemente a descrição das formas de exposições de espécimes humanos (exposições, circos, zoológicos, museus)10 e o fim da *omertà* administrativa sobre o massacre dos manifestantes argelinos em Paris durante a noite de 17 para 18 de outubro de 196111: eis alguns títulos de glória, entre tantos outros, de uma historiografia que, nesse estágio, não poderia de forma alguma evitar ser reivindicativa. O *Livro negro do colonialismo*, dirigido por Marc Ferro, traça o balanço desse primeiro ciclo12. A criação do Conselho

7 Para uma análise em perspectiva da controvérsia: BERTRAND, Romain. *Mémoires d'empire*. La controverse autour du fait colonial». Bellecombe-en Bauges: Éd. du Croquant, 2006.

8 “Le moment du Quai Branly”, numéro spécial, *Le Débat*, 147, 2007; DE L'ESTOILE, Benoît. *Le goût des autres*. De l'Exposition coloniale aux arts premiers. Paris: Flammarion, 2007.

9 SALA-MOLINS, Louis. *Le Code noir ou le calvaire de Canaan*. Paris: PUF, [1987] 2002.

10 BANCEL, Nicolas et al. (Dir.). *Zoos humains: au temps des exhibitions humaines*. Paris: La Découverte, 2004.

11 EINAUDI, Jean-Luc. *La bataille de Paris: 17 octobre 1961*. Paris: Le Seuil, [1991] 2001.

12 FERRO, Marc et al. (dir.). *Le livre noir du colonialisme, XVIe-XXIe siècle: de l'extermination à la repentance*. Paris: R. Laffont, 2003.

Representativo das Associações Negras (CRAN) em novembro de 2005, a instauração em 2006 do dia 10 de maio como “jornada comemorativa na metrópole da lembrança da escravidão e de sua abolição” e o apoio concedido pelo presidente Chirac às pesquisas sobre os tráficos negreiros, após o discurso de Bill Clinton sobre as reparações devidas às populações africanas, anunciam que uma nova etapa pode ser transposta.

Deve-se, portanto, desejar um incremento da história colonial ou dos estudos coloniais – a segunda expressão conotando uma pluridisciplinaridade de princípio – como gêneros específicos na cartografia das ciências sociais? Criar um domínio de especialidade colonial volta a ganhar fôlego e a endurecer uma categoria que não revela nem sobre a história interior das metrópoles expansionistas, nem dos territórios e das sociedades visados por essa expansão. Que esse terceiro polo tenha tido uma existência própria e conhecido processos sociais específicos continua fora de questão e de dúvida: os processos realizados nas regiões colonizadas não se reduzem à soma da sociedade dominada e da sociedade dominante. Na França, os trabalhos de Pierre Brocheux e Daniel Hémerly, de Isabelle Merle, de Myriam Cottias, de Véronique Dimier, de Emmanuelle Sibeud, de Laure Blévis, de Emmanuelle Saada, de Jean-Hervé Jézéquel, de Raphaëlle Branche ou de Sylvie Thénault, entre outros, mostram que a legitimidade dos objetos coloniais não pode ser contestada<sup>13</sup>. Mas, se não tomarmos cuidado, uma tal especialização corre o risco de reforçar uma separação mais ou menos estanque entre a história nacional e a história do além-mar. Uma tal evolução poderia se revelar, ao fim das contas, prejudicial, ainda mesmo que se possa

<sup>13</sup> BROCHEUX, Pierre e HÉMERY, Daniel. *Indochine*. La colonisation ambiguë, 1858-1954. Paris: La Découverte, [1994] 2004; MERLE, Isabelle. *Expériences coloniales: la Nouvelle Calédonie, 1853-1920*. Paris: Belin, 1995; COTTIAS, Myriam. Droit, justice et dépendance dans les Antilles françaises (1848-1852). *Annales HSS*, n. 59-3, 2004, p. 547-567; COTTIAS, Myriam. Ces ‘hommes dangereux’ de 1848. L’amnistie à l’épreuve de l’abolition de l’esclavage. *Genèses*, n. 66-1, 2007, p. 30-50; DIMIER, Véronique. *Le gouvernement des colonies*. Regards croisés franco-britanniques. Bruxelles: Éd. de l’université de Bruxelles, 2004; SIBEUD, Emmanuelle. *Une science impériale pour l’Afrique? La construction des savoirs africanistes en France, 1878-1930*. Paris: Éd. de l’EHESS, 2002; BLÉVIS, Laure. Les avatars de la citoyenneté en Algérie coloniale ou les paradoxes d’une catégorisation. *Droit et Société*, n. 48-2, 2001, p. 557-580; BLÉVIS, Laure. La citoyenneté française au miroir de la colonisation: étude des demandes de naturalisation des ‘sujets français’ en Algérie coloniale. *Genèse*, n. 53-4, 2003, p. 25-47; SAADA, Emmanuelle. *Les enfants de la colonie*. Les métis de l’Empire français entre sujétion et citoyenneté. Paris: La Découverte, 2007; JÉZÉQUEL, Jean-Hervé. Grammaire de la distinction coloniale. L’organisation des cadres de l’enseignement en Afrique occidentale française (1903-fin des années 1930). *Genèses*, n. 69-4, 2007, p. 4-25; BRANCHE, Raphaëlle. La torture et l’armée pendant la guerre d’Algérie, 1954-1962. Paris: Gallimard, 2001; THÉNAULT, Sylvie. Une drôle de justice. Les magistrats dans la guerre d’Algérie. Paris: La Découverte, 2001.

aspirar a abolir a divisão das histórias metropolitanas e coloniais em dois domínios distintos<sup>14</sup>. As pesquisas de Catherine Hall sobre o império britânico a partir do observatório jamaicano oferecem um exemplo do que pode ser uma história que não entra nem na categoria colonial nem na categoria nacional<sup>15</sup>. Pode-se enfim sublinhar que com raras exceções, como I. Merle, a maioria dos especialistas franceses da questão colonial estuda o império francês. Eles reproduzem, no seu próprio domínio, uma tendência global de dominação de estudos sobre a França. Essa situação contrasta com o número importante de historiadores e de antropólogos dos países anglófonos que não escolheram o império britânico, mas o francês como seu principal terreno de pesquisas.

O problema da articulação entre o discurso nacional e os estudos coloniais é singularmente sensível na França. Pois, contrariamente às outras experiências imperiais, o caso francês é concebido pelo ensino republicano e a memória nacional como um movimento em dois tempos. Primeiramente, de 1789 à adoção definitiva da bandeira tricolor e do sufrágio universal masculino, a França fundaria sua nação através das suas Constituições e dos seus processos internos de politização. Depois, a nação política faria sua herança colonial antiga e a si agregaria um império, que ela não misturou à República. Dito de outra forma, nada de essencial na fundação da nação aconteceu no além-mar colonial. A “Maior França” não é uma República de cidadãos e essa montagem jurídica comanda uma historiografia segmentada. O processo histórico e historiográfico de formação dessa República imperial foi apresentado recentemente como um percurso em três etapas sucessivas: do advento político do povo, à formação da nação, depois à montagem do império<sup>16</sup>. Pode-se, no entanto, hoje adiantar que existe uma forte continuidade entre o processo que conduz ao “fazer os Franceses” na metrópole seguindo o modelo forjado por Eugen Weber, e a missão civilizatória da empresa colonial no estrangeiro<sup>17</sup>. O recurso ao argumento colonial no quadro

<sup>14</sup> COOPER, Frederick e STOLER, Ann Laura. “Between metropole and colony: Rethinking a research agenda”. In: STOLER, A. L.; COOPER, F. (Dir.). *Tensions of empire: Colonial cultures in a bourgeois world*. Los Angeles/Londres: University of California Press, 1997, p. 1-56.

<sup>15</sup> HALL, Catherine T. *Civilising subjects: Colony and metropole in the English imagination, 1830-1867*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002; HALL, Catherine T. *The rule of difference: Gender, class and empire in the making of the 1832 Reform Act*. In: BLOM, I.; HAGEMANN, K.; HALL, C. T. (Dir.). *Gendered nations: nationalisms and gendered order in the long nineteenth century*. Oxford: Berg, 2000, p. 107-136.

<sup>16</sup> WILDER, Gary. *The French imperial nation-state: negritude & colonial humanism between the two world wars*. Chicago: the University of Chicago Press, 2005, p. 15 sq.

<sup>17</sup> BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine. *Avant-propos: la constitution d’une culture coloniale en France*. In: BLANCHARD, P.; LEMAIRE, S. (Dir.). *Culture*

da reivindicação regional se configura como um indício importante<sup>18</sup>. Como demonstra Alice Conklin, os escritórios do governador-geral de Dakar podem ser um bom observatório dos processos de conversão de pessoas em “homens úteis” com validade tanto para a África como para a França metropolitana<sup>19</sup>.

Quanto ao conjunto dos sete volumes dirigido por Pierre Nora sobre os *Lugares da Memória*, apenas o artigo de C.-R. Ageron aborda os espaços do império, e ainda pelo viés da Exposição Colonial de 1931, e não a partir de um dos territórios coloniais<sup>20</sup>. Mas Goreia e São Luís, Porto Príncipe, Puducherry e Chandannagar, os banhos de Caiena e da Ilha do Diabo, a cidade de Argel, os banhos da Nova Caledônia, a pequena cidade de Fachoda, o sítio de escavações de Angkor, a cavanhola de Tataouine, o Rife de Abd el-Krim, o Chade de Félix Éboé: esses lugares revelam ou não a memória francesa? O império vem, assim, em acréscimo, numa posição secundária, confirmar o triunfo nacional da República. Essa separação historiográfica é tanto mais surpreendente que, como mostra o inventário e a análise esboçados por Robert Aldrich, o território metropolitano está repleto de mil “vestígios” do império colonial: construções imitadas de arquiteturas longínquas, estátuas, mosaicos e afrescos, monumentos aos mortos, coleções de arte não ocidental, museus de todos os tipos<sup>21</sup>. Na França, os traços do império são, a um só tempo, “onipresentes e marginais”<sup>22</sup>. E se a redescoberta de *A volta da França por duas crianças* suscitou tanto enternecimento, um

---

*coloniale*. La France conquise par son Empire, 1871-1931. Paris: Éd. Autrement, 2002, p. 25-26; WEBER, Eugen. *La fin des terroirs*. La modernisation de la France rurale 1870-1914. Paris: Fayard, [1976] 1983.

- <sup>18</sup> GILDEA, Robert. *The past in french history*. New Haven: Yale University Press, 1994, p. 188 e 211-212.
- <sup>19</sup> CONKLIN, Alice C. *A mission to civilize: the republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- <sup>20</sup> AGERON, Charles-Robert. L'exposition coloniale de 1931: mythe républicain ou mythe impérial. In: NORA, P. (dir.). *Les lieux de mémoire*. v. I, La République. Paris: Gallimard, 1984, p. 561-591. Essa crítica foi feita, especialmente, por HO TAI, Hue-Tam. Remembered realms: Pierre Nora and French national memory. *American Historical Review*, n. 106-3, 2001, p. 906-923 e por MANN, Gregory. Locating colonial histories: Between France and West Africa. *American Historical Review*, n. 110-2, 2005, p. 409-433.
- <sup>21</sup> ALDRICH, Robert. *Vestiges of the colonial empire in France: Monuments, museums and colonial memories*. New York: Palgrave Macmillan, 2005; ALDRICH, Robert. *Colonial Paris: traces of the empire in the Paris landscape*. In: CHAFER, T. e SACKUR, A. (dir.). *Promoting the colonial idea: propaganda and visions of empire in France*. Basingstoke/New York: Palgrave, 2002, p. 211-223.
- <sup>22</sup> BAYCROFT, Timothy. The empire and the nation: the place of colonial images in the republican visions of the French nation. In: EVANS, M. (dir.). *Empire and culture: the french experience, 1830-1940*: Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 148-160.

pequeno lugar não poderia ser concedido aos périplos de Moussa e Gíglá, seus homólogos da África ocidental francesa?<sup>23</sup>

Outros percursos imperiais não partilham o mesmo esquema dicotômico. A hispanidade da Espanha se construiu em suas expansões<sup>24</sup>. A lenta unificação das sociedades britânicas progrediu no quadro das empresas imperiais<sup>25</sup>. A Rússia moscovita se forma no próprio movimento das conquistas meridionais e orientais<sup>26</sup>. O Japão da era Meiji determina o perímetro de seu território nacional quando ele conquista a Coreia e Formosa<sup>27</sup>. Se os estudos coloniais, passadas as primeiras salvas de um momento refundador, deviam se instituir como um gênero identificável, uma tal categorização arriscaria confirmar a pertinência de uma sequência bem francesa, da qual pode-se querer escapar. Antes do mais, não é evidente que as questões da nação e da cidadania tenham sido resolvidas antes que se engajasse na construção imperial moderna. As idas e vindas da escravidão da Revolução ao império napoleônico, a anterioridade da conquista da Argélia em relação à abolição definitiva da escravidão nas Antilhas francesas em 1848, indicam enfaticamente que o cenário pedagógico não corresponde em nada aos processos entabulados durante a longa fase constitucional de nossa história<sup>28</sup>. E pode-se pensar, com Frederick Cooper, que apenas os acordos de Évian (1962), que fizeram enfim coincidir território nacional e cidadania, fecharam o processo de formação do Estado republicano unitário<sup>29</sup>. Assim, parece impossível distinguir uma

<sup>23</sup> KELLY, Gail P. The presentation of indigenous society in the schools of French West Africa and Indochina, 1918 to 1938. *Comparative Studies in Society and History*, n. 26-3, 1984, p. 523-542.

<sup>24</sup> LALINDE ABADÍA, Jesús. *Espanã y la monarquía universal* (en torno al concepto de 'Estado moderno'). *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, n. 15, 1986, p. 109-156.

<sup>25</sup> ARMITAGE, David. Making the empire british: Scotland in the Atlantic world 1542-1707. *Past & Present*, n. 155, 1997, p. 34-63; KIDD, Colin. *British identities before nationalism: ethnicity and nationhood in the Atlantic world, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

<sup>26</sup> KIVELSON, Valerie A. *Cartographies of Tsardom: The land and its meanings in seventeenth century Russia*. Ithaca: Cornell University Press, 2006; BURBANK, Jane. An imperial rights regime: Law and citizenship in the Russian empire. *Kritika: explorations in Russian and Eurasian History*, n. 7-3, 2006, p. 397-431. Agradeço a Anna Joukovskaia a indicação desse último artigo.

<sup>27</sup> OGUMA, Eiji. Les frontières du Japon moderne. *Ebisu. Études Japonaises*, n. 30, 2003, p. 155-177.

<sup>28</sup> RÉGENT, Frédéric. *La France et ses esclaves*. De la colonisation aux abolitions, 1620-1848. Paris: Grasset, 2007, p. 213-289; VERGÈS, Françoise. Coloniser, éduquer, guider: un devoir républicain. In: *Culture coloniale*. La France conquise par son Empire, 1871-1931. Paris: Éd. Autrement, 2002, p. 191-200; DUBOIS, Laurent. *Les esclaves de la République: l'histoire oubliée de la première émancipation, 1789-1794*. Paris: Calmann-Lévy, 1998.

<sup>29</sup> COOPER, Frederick. Grandeur, décadence... et nouvelle grandeur des études coloniales

história interior ou metropolitana de uma história dos além-mar africanos, asiáticos, americanos, oceânicos<sup>30</sup>. A natureza da República e a da nação estão plenamente entabuladas pelas práticas e instituições coloniais, o que não pode ser mascarado pela ficção de uma agregação na distinção de império e de República, como a que estabelece a III República<sup>31</sup>.

Em certos contextos, é nítido, ainda hoje, o que essa opção apresenta como dificuldades políticas. A ideia da “Argélia francesa” permanece odiosa, se ela é tomada como uma reivindicação política e como lembrança da intransigência de uma parte dos europeus da Argélia durante a guerra de Independência. No entanto, uma pesquisa histórica sobre as dinâmicas perpetradas na sociedade da Argélia, do fim do Segundo Império à V República, não pode se abster de levar a sério o pertencimento dos três departamentos à República ou à nação. A persistência dos colégios eleitorais e das jurisdições separados, por mais aberrante que seja, não é suficiente para evidenciar que o domínio argelino seja exterior ao território da República. Dizendo de outra forma: se se aplica ao caso argelino a única tabela de leitura que opõe metrópole e colônia de além-mar, priva-se de instrumentos para compreender o que então se passou. A questão argelina, em razão do estatuto administrativo concedido aos seus territórios e em razão das situações das populações europeias e magrebina dos dois lados do Mediterrâneo, revela de forma inseparável o doméstico, o colonial e o internacional. Naturalmente, não se trata de atualizar a “Argélia francesa”, permanecendo detestável slogan até hoje, mas de colocar de outra forma uma questão que não se tem o interesse de simplificar. Pode-se assim começar por construir historiograficamente uma França argelina<sup>32</sup>.

### *Colonial: uma baliza cronológica*

O domínio dos estudos coloniais não se baliza pelos efeitos regionais e internacionais da grande divisão do mundo feita pelos grandes países industriais da Europa ocidental do século XIX a meados

---

depuis le début des années 1950. *Politix*, n. 66, 2004, p. 17-48; COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley, University of California Press, 2005.

<sup>30</sup> CONKLIN, Alice C. Boundaries unbound: teaching french history as colonial history and colonial history as french history. *French Historical Studies*, n. 23-2, 2000, p. 215-238.

<sup>31</sup> DIMIER, Véronique. De la France coloniale à l'outre-mer. *Pouvoirs*, n. 113, 2005, p. 41-56.

<sup>32</sup> TAITHE, Bertrand. Introduction: an Algerian history of France? *French History*, n. 20-3, 2006, p. 235-239; BLÉVIS, Laure. Une université française en terre coloniale. Naissance et reconversion de la Faculté de droit d'Alger (1879-1962). *Politix*, n. 76, 2006, p. 53-73



do século XX, simbolizado o Congresso de Berlim de 1884-1885 pela parte africana. Os especialistas do Japão e da Coreia relacionaram as pesquisas sobre o expansionismo nipônico da era Meiji com a história do colonialismo europeu<sup>33</sup>. O império otomano foi desmantelado muito cedo para que a imagem de potência colonial permanecesse atrelada a ele, e pode-se preferir denominá-lo como uma agregação de províncias<sup>34</sup>. Entretanto, a hipótese de um funcionamento colonial do imperialismo turco moderno ajuda na compreensão da complexidade de suas expressões territoriais<sup>35</sup>. Mas, nos dois casos, trata-se de potências políticas que, durante o último terço do século XIX, optaram por um mimetismo crescente em relação aos grandes países europeus. Como resultado, a questão colonial deixa de aparecer como marca singular ou exclusiva do Ocidente cristão. O que foi, para o século XX, a expansão da China popular em direção ao Tibet? O que foi a ambição indonésia sobre o Timor oriental e Papua?

A extrema confusão dos debates que, na América Latina, acompanharam o quinto centenário da chegada dos espanhóis às Caraíbas merece que nos detenhamos por um instante<sup>36</sup>. Mais de 150 anos depois das independências ibero-americanas, uma certa proposta historiográfica se apraz em enaltecer a nocividade dos colonos europeus para os destinos dessa imensa região. Quando os movimentos indigenistas protestaram contra a celebração dessa chegada, lembrando que sua primeira consequência foi a dizimação de nove décimos da população ameríndia, sua reivindicação simbólica era incontestavelmente legítima<sup>37</sup>. As suavidades da evangelização cobraram um elevado preço! É por isso que hoje esses movimentos converteram a festa do 12 de outubro, que celebra a chegada de Cristóvão Colombo e carrega o título de "Día de la Raza", em encontro anual para protestar. Em revanche, o anticolonialismo retrospectivo dos intelectuais latino-americanos de ascendência europeia encerra alguma estranheza. Esses últimos se

<sup>33</sup> SKEW, David. Oguma Eiji and the construction of the modern Japanese national identity. *Social Science Japan Journal*, n. 4-1, 2001, p. 111-116; NANTA, Arnaud. Expositions coloniales et hiérarchie des peuples dans le Japon moderne. *Ebisu. Études Japonaises*, n. 37, 2007, p. 3-17.

<sup>34</sup> AYMES, Marc. Provincialiser l'empire. Chypre et la Méditerranée ottomane au XIXe siècle. *Annales HSS*, n. 62-6, 2007, p. 1313-1344.

<sup>35</sup> DERINGIL, Selim. 'They live in a state of nomadism and savagery': the late Ottoman empire and the post-colonial debate. *Comparative Studies in Society and History*, n. 45-2, 2003, p. 311-342.

<sup>36</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Brazil: ironies of the colonial past. *Hispanic American Historical Review*, n. 80-4, 2000, p. 681-694.

<sup>37</sup> CLAVERO SALVADOR, Bartolomé. *Genocidio y Justicia*. La Destrucción de Las Indias, Ayer y Hoy. Madrid: Marcial Pons, 2002.

encontram ainda tomados pelo desejo nacionalista de elucidar o papel da sociedade crioula, no sentido de sociedade dos europeus nascidos na América, concedendo destaque aos atores europeus da América vindos da Europa, oficiais, missionários, negociantes<sup>38</sup>. A posição deveria parecer insustentável, mas o reforço da história colonial permitiu que fosse viabilizada<sup>39</sup>.

Esse antieuropeísmo crioulo assumiu uma tonalidade particularmente depreciativa no contexto de sociedades nas quais hoje as relações salariais entre famílias beneficiadas e as massas deserdadas, nomeadamente aquelas que entram para seu serviço doméstico, apresentam ainda todos os traços da relação colonial, inclusive no plano racial<sup>40</sup>. Mas esse colonialismo interior, que associa a comunidade cidadã no quadro do Estado-nação, não é interrogado pelo que ele é, já que o domínio dos estudos coloniais se encontra em princípio balizado pelos triunfos de Simón Bolívar e pela independência do Brasil<sup>41</sup>. Com efeito, no caso da América Latina, o termo colonial se tornou tão convencional que ele não designa relações sociopolíticas específicas, e sim um marco cronológico. A abolição tardia da escravidão no Brasil e o racismo crescente das sociedades brancas em relação aos índios no México e nos Andes, no quadro dos Estados nações, revelam, ou não, sobre a história colonial, agora que já não existe mais o vínculo com uma metrópole europeia? Se esse questionário é estendido para além da América Latina, a sociedade norte-americana deixa de se comportar como uma sociedade colonial após a vitória de George Washington, ou antes com o esmagamento dos exércitos confederados, o fim da Secessão e a abolição da escravidão? Do ponto de vista dos povos indígenas, mais geralmente, em que ponto o período colonial terminou?

A história da expansão europeia, se abordada depois do século XV, permite que se coloque em perspectiva a época contemporânea, exigindo deslocamentos geográficos. A idade do ouro do raj britânico

<sup>38</sup> ROWLAND, Robert. A cultura brasileira e os portugueses. In: BASTOS, C.; VALE DE ALMEIDA, M. e FELDMAN-BIANCO, B. (dir.). *Trânsitos coloniais*. Diálogos críticos lusobrasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p. 373-383.

<sup>39</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Raças de gigantes*: mestiçagem e mitografia no Brasil e na Índia portuguesa. In: BASTOS, C.; VALE DE ALMEIDA, M. e FELDMAN-BIANCO, B. (dir.). *Trânsitos coloniais*..., p. 227-249 e, no mesmo volume, SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil, p. 151-172.

<sup>40</sup> SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, n. 7-1, 1980, p. 35-63; VIDAL, Dominique. L'adhésion à la démocratie au Brésil. Le cas des syndicats d'employés domestiques. *Esprit*, n. 12, 2006, p. 44-60.

<sup>41</sup> HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

se situa após a Revolução americana; as grandes conquistas francesas na África, na Nova Caledônia e da Indochina se realizaram após a perda de São Domingos e após a venda da imensa Louisiana; o império português da África austral se consolida depois da independência do Brasil. As historiografias americanistas, quer se dediquem às Treze Colônias depois Estados Unidos, aos países hispanófonos ou ao Brasil, estão, elas também, às voltas com a categoria colonial. Mas, para o conjunto dos países do hemisfério ocidental, essa categoria adota um significado essencialmente cronológico. O colonial designa então um momento que precede ao nascimento dos Estados nacionais, quer dizer, uma etapa durante a qual as sociedades construídas pelos colonos europeus em detrimento das sociedades indígenas se encontravam submetidas à jurisdição de autoridades situadas nas metrópoles europeias.

Tomemos um exemplo: a historiografia recente sobre o Brasil ou sobre a América Portuguesa antes da proclamação da Independência (1822) oferece a ocasião de perceber o quanto a categoria "colonial" se revela problemática. Uma certa ortodoxia foi fixada pelo historiador Fernando Novais<sup>42</sup>. Sua análise desenhava o quadro de um "antigo sistema colonial" no seio do qual o Brasil se desenvolveria na dependência política e mercantil em relação a Portugal. Ela se inscrevia na problemática geral da "dependência latino-americana"<sup>43</sup>. Três séries de críticas vieram, depois de uma década, balançar esse esquema geral<sup>44</sup>. Uma objeção, concernente ao plano da história econômica, partia da descrição das estratégias locais de enriquecimento dos atores luso americanos e demonstrava a fraca acumulação de capital em benefício das famílias e das companhias de Portugal, do fim do Antigo Regime<sup>45</sup>. A dependência estrutural do negócio português em relação à Grã-Bretanha não é suficiente para explicar o baixo nível de investimentos de capital mercantil no reino de Portugal na época imperial. Uma objeção

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1809)*. São Paulo: Hucitec, 1979; PEDREIRA, Jorge M. V. Contraband, crisis, and the collapse of the old colonial system. *Hispanic American Historical Review*, n. 81-3-4, 2001, p. 739-744.

<sup>43</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil Colonial*. *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional, n. 6, 2000, p. 17-40; SCHWARTZ, Stuart B. The colonial past: conceptualizing post-dependentista Brasil. In: ADELMAN, J. (dir.). *Colonial legacies: the problem of persistence in Latin American history*. New York: Routledge, 1999, p. 175-192.

<sup>44</sup> FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (dir.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>45</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, 15, 2002, p. 11-35.

social pontuava todas as formas de autonomia adquiridas pela sociedade dos lusófonos nascidos na América, a partir de sua capacidade de fazer guerra contra os holandeses no Nordeste (1630-1654), mas também a montar um tráfico bilateral com a África no Atlântico Sul, sem passar pela Europa<sup>46</sup>. A economia de *plantation* pode ser então compreendida como um instrumento manejado pelos chefes de famílias que seguiam um modelo de aristocratização a partir do domínio da terra, nos moldes conhecidos pelas sociedades da Europa<sup>47</sup>. No total, as estratégias locais de enraizamento das famílias crioulas de lusófonos são análogas a todas as formas de “traição da burguesia” descritas por outras sociedades sob o Antigo Regime.

Uma série de objeções políticas e institucionais, enfim. Tratava-se, nesse caso, de atribuir as consequências para o Brasil do aparecimento, no debate geral, de teses que vinham desmentir o cenário tradicional de emergência precoce do Estado administrativo na época moderna. Se o rei de Portugal não possuía qualquer capacidade de comando em alguns lugares de Lisboa e podia encontrar resistências no coração da própria capital, como então imaginar que ele tinha condições de decidir os destinos da sociedade paulista?<sup>48</sup> Antônio Manuel Hespânia mostra, além disso, como o critério do direito específico para as terras conquistadas é uma escolha ruim se se pretende identificar um domínio colonial separado, no caso do império português<sup>49</sup>. De um lado, ao menos no que concerne ao Brasil, a produção legal (sob forma de ordenações reais) de instrumentos jurídicos que estavam circunscritos ao território americano foi fraca. De outro lado, a plasticidade doutrinal e jurisprudencial, que pode ser constatada no

<sup>46</sup> SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Editora Moderna, 1984; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud, 1550-1850. Annales HSS*, n. 61-2, 2006, p. 339-382.

<sup>47</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>48</sup> XAVIER, Ângela Barreto. *El Rey aonde pôde e não aonde quer. Razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Éd. Colibri, 1998.

<sup>49</sup> HESPÂNHA, Antônio Manuel. *Le droit et la domination coloniale européenne. Le cas de l'empire colonial portugais*. In: GARAVAGLIA J. C. e SCHAUB J.-F. (dir.). *Lois, justice, coutumes. Amérique et Europe latines (16e-19e siècle)*, Paris: Éd. de l'EHESS, 2005, p. 203-226; HESPÂNHA, Antônio Manuel e SANTOS, Catarina Madeira. *Le forme di potere di un impero oceanico*. In: ZORZI, R. (dir.). *L'epopea delle scoperte*. Florença: Leo S. Olschki, 1994, p. 449-478; BENTON, Lauren A. *The legal regime of the South Atlantic world, 1400-1750: jurisdictional complexity as institutional order*. *Journal of World History*, n.11-1, 2000, p. 27-56.

trabalho de magistrados na América, não é diferente da pluralidade de soluções adotadas pelos juízes dos tribunais europeus. Dito de outra forma, dos dois lados do oceano, as duas sociedades partilharam tipos de flexibilidade comparáveis. A missão (franciscana e jesuíta), o Santo Ofício, a Inquisição, a função hospitalar, a jurisdição ordinária e a escravidão são dispositivos sociais, culturais e institucionais, igualmente presentes dos dois lados do Atlântico<sup>50</sup>. Não se trata de dizer que o reino de Portugal e as capitanias brasileiras enquadram sociedades idênticas. Suas composições demográficas e culturais permanecem fortemente contrastadas, com toda certeza. Mas a repartição da autoridade e o benefício da autonomia não são simplesmente distribuídos em função de um esquema do tipo centro *versus* periferia. Essa relação colonial se desenvolve em um quadro imperial que se caracteriza pela multiplicação das redes sociais transoceânicas e um elevado nível de descentralização. Ela não parece absolutamente surgir do modelo da dependência.

Uma discussão está igualmente em curso entre os americanistas nos Estados Unidos, em termos que não deixam de fazer eco no debate brasileiro. Joyce Chaplin, que se mostra mais inclinada a falar de “early American history” (primórdios da história americana) do que de “colonial history” (história colonial), não hesita em qualificar os séculos XX e XXI nos Estados Unidos como um tempo de “descolonização”, sem liames com a independência<sup>51</sup>. Como enfatiza Jack Greene, no caso das sociedades de colonização de povoamento, os “settlers” (colonos) são ora colonos, em relação às populações indígenas espoliadas de seus territórios, ora colonizados, no que diz respeito à sua alocação na dependência política, jurídica e comercial das longínquas metrópoles<sup>52</sup>. Ele conclui que ao adotar o ponto de vista das teorias pós-coloniais “a

<sup>50</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir: labyrinthes marranes*. Paris: Le Seuil, 2001; CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Les ouvriers d'une vigne stérile: les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil, 1580-1620*. Paris/Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1755*. Berkeley: University of California Press, 1968; LAHON, Didier. *O Negro no coração do Império. Uma memória a resgatar, séculos XV-XIX*. Lisboa: Secretaria do Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 1999.

<sup>51</sup> CHAPLIN, Joyce E. Expansion and exceptionalism in early American history. *The Journal of American History*, n. 89-4, 2003, p. 1431-1455.

<sup>52</sup> GREENE, Jack P. e POLE, J. R. Reconstructing British-American colonial history. In: GREENE, Jack P. e POLE, J. R. *Colonial British America: essays in the new history of the early modern era*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1984, p. 1-17; GREENE, Jack P. Colonial history and national history: reflections on a continuing problem. *The William and Mary Quarterly*, n. 64-2, 2007, p. 235-250.

história nacional representa uma extensão da história colonial<sup>53</sup>. O colonialismo, que procedeu à europeização de partes do Novo Mundo, não se interrompe com a independência; é possível apreender fortes continuidades entre os colonialismos pré-nacional e nacional em termos de construção política e de formação identitária<sup>54</sup>. O prosseguimento da empresa territorial em detrimento das populações indígenas relativiza a ruptura da independência, adquirida no termo da Revolução<sup>55</sup>. As formações sociais fundadas pelos pioneiros e desbravadores do interior desfrutaram de uma autonomia considerável, não apenas no tempo do sistema britânico, mas igualmente após a formação da União. J. Greene insiste no fato de que as dinâmicas coloniais acontecem nos territórios que não existiam como entidades políticas antes de 1776, ou que se juntaram à União bem mais tarde (Kentucky, Ohio, Iowa, Texas, Califórnia, Oregon). Quanto à dependência dos colonos americanos, ainda que tornados independentes, em relação aos cânons estéticos ingleses e aos graus concedidos pela Universidade escocesa, ela assinala a solidez dos vínculos assimétricos com a antiga metrópole, durante muitos decênios após o fim da autoridade britânica<sup>56</sup>.

O resultado é que a categoria colonial, no caso brasileiro como no norte-americano, se revela mais incômoda do que esclarecedora. Sua função como marco cronológico, que permite assinalar o nascimento da independência nacional tem a espessura de uma convenção. Desse uso fraco, não se pode nem mesmo dizer que seja inofensivo, na medida em que ele engendra especializações indexadas sobre uma periodização que fragmenta de forma artificial experiências sociais maiores, a começar pela gestão do sistema escravista<sup>57</sup>.

<sup>53</sup> WARNER, Michael. What's colonial about colonial America? In: ST. GEORGE, R. Blair (dir.). *Possible pasts: becoming colonial in early America*. Ithaca: Cornell University Press, 2000, p. 49-69.

<sup>54</sup> WOOD, Gordon S. The relevance and the irrelevance of American colonial history. In: MOLHO, A. e WOOD, G. S. (dir.). *Imagined histories: American historians interpret the past*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 144-163.

<sup>55</sup> COUNTRYMAN, Edward. Indians, the colonial order, and the social significance of the American revolution. *The William and Mary Quarterly*, n. 53-2, 1996, p. 342-362; RAND, Jacki Thompson. Primary sources: Indian goods and the history of American colonialism and the 19th-century reservation. In: SHOEMAKER, N. (dir.). *Clearing a path: theorizing the past in Native American studies*. New York: Routledge, 2002, p. 137-157

<sup>56</sup> AKEMI YOKOTA, Kariann. Postcolonialism and material culture in the early United States. *The William and Mary Quarterly*, n. 64-2, 2007, p. 263-270.

<sup>57</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; HÉBRARD, Jean e SCOTT, Rebecca J. Les papiers de la liberté. Une mèreafricaine et ses enfants à l'époque de la révolution haïtienne. *Genèses*, n. 66-1, 2007, p. 4-29.

## Os estudos coloniais e os ares culturais

O uso da categoria “estudos coloniais” pode apresentar certo número de outros inconvenientes. O triunfo sem partilha do expansionismo europeu, a montante e, sobretudo, a jusante da revolução industrial, acarretou, em seu tempo, um efeito de subjugação. Assim, nenhum imperialismo na história humana jamais atingiu essas proporções, a bem da verdade envolvendo o planeta inteiro. Esse esmagamento da pluralidade dos mundos na unidade da aventura colonial europeia não ficou sem consequências intelectuais. A irrupção dos europeus na América no fim do século XV, sua presença primeiro intersticial e marítima, depois territorial na Ásia meridional e oriental e na Oceania, a partilha tardia da África interior enfim, são alguns dos fenômenos que comandam, ainda hoje, a escrita da história dessas regiões. A história colonial corre agora o risco de reforçar uma pré-concepção que pretende que a tomada colonial corte a história dessas sociedades de maneira radical<sup>58</sup>. Mas a longa história social, econômica, cultural, religiosa, política das sociedades colonizadas pelos europeus desenvolve temporalidades, a bem da verdade, diferentes<sup>59</sup>. Essas evoluções são, elas mesmas, atravessadas de conflitos que ocorrem em todos os lugares, que a simples oposição do colono e do colonizado, como formas de identificações superlativas, associa e traveste<sup>60</sup>. A maneira como, em escala regional, os empreendedores coloniais são instrumentalizados nos jogos políticos, dos quais às vezes nada compreendem, indica os limites dos estudos coloniais.

Mas para cruzar esses questionamentos é necessário poder observar as regiões colonizadas como se a questão da soberania não se fizesse colocar, quer dizer, como se essas sociedades não houvessem sido privadas de seus recursos políticos próprios. Para assim proceder, convém que se reverta a proposição sobre o caráter francês da Argélia, para a posição simetricamente oposta. É preciso compreender o momento colonial dessas sociedades como se ele não fosse apenas externo, mas igualmente interno<sup>61</sup>. Os historiadores estão assim convidados a descrever o que se passou no momento colonial a partir das fontes que foram produzidas pelas próprias

<sup>58</sup> MCCLINTOCK, Anne. The angel of progress: pitfalls of the term ‘Post-colonialism’. *Social Text*, n. 31-32, 1992, p. 84-98.

<sup>59</sup> MAHÉ, Alain. *Histoire de la Grande Kabylie, XIXe-XXe siècles*. Anthropologie historique du lien social dans les communautés villageoises. Saint-Denis : Bouchène, 2001.

<sup>60</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Penumbra visions: making politics in early modern South India*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

<sup>61</sup> PINCH, Vijay. Bhakti and the British Empire. *Past & Present*, n. 179, 2003, p. 159-196.

sociedades em vista. O que significa simplesmente que essa história requer o conhecimento das línguas das sociedades das quais se pretende analisar a evolução das “situação(ões) colonial(is)” segundo a expressão de Georges Balandier<sup>62</sup>. Esse é o preço para que se torne possível a retirada da desconfiança legítima que pesa sobre os estudos coloniais como sobre toda pesquisa que se propõe a estudar sociedades longínquas apenas lançando mão dos instrumentos linguísticos das administrações da Europa, da lusofonia ao afrancesamento, da russificação à anglofonia intercontinental.

Os estudos coloniais não saberiam, pois, ficar ao acaso de uma pesquisa científica sobre as sociedades não ocidentais que fizesse economia de aquisição de línguas não ocidentais. Infelizmente, vê-se bem porque, pelo menos na França, vale mais ser especialista da presença dos europeus na Índia, na China ou na África para se inserir no circuito universitário, do que de apresentar um perfil indianista, sinológico ou africanista. Quantos sinólogos podem ser encontrados atuando como historiadores na França? A resposta dada por Caroline Douki e Philippe Minard (19 especialistas da China para 2090 historiadores dos períodos moderno e contemporâneo, em 2000), assim como a análise que a acompanha, são implacáveis<sup>63</sup>. Ainda não se sabe, diante desse número, se alguns desses especialistas da história chinesa foram recrutados nos departamentos generalistas. Se os temas coloniais devem fazer ofício de estudos sobre as sociedades não europeias, os inconvenientes surgiriam em cascata: uma credibilidade reduzida diante dos especialistas dessas regiões, uma dificuldade crescente de sustentar um confronto intelectual com os pesquisadores dos países em questão, uma identificação arbitrária do domínio circunscrito nas margens dos antigos impérios instalados pelas potências europeias. Depois de mais de trinta anos, bibliotecas inteiras de ensaios críticos desnudaram os aspectos da postura eurocêntrica, literalmente nos cinco continentes. A esse esforço teórico meritório, há uma resposta empírica e pragmática: o estranhamento de si e o conhecimento dos outros através do aprendizado das línguas.

Esse imperativo concerne a todas as abordagens das ciências sociais, e os historiadores, nesse plano, não podem se distanciar nem um pouco da lição linguística da antropologia. Essa exigência não é válida apenas para o que diz respeito às sociedades que produziram, muitas vezes desde há milênios, traços escritos tão sofisticados e abundantes quanto aqueles

<sup>62</sup> BALANDIER, Georges. La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n. 11, 1951, p. 44-79.

<sup>63</sup> DOUKI Caroline e MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique? *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, suppl. 54-4 bis, 2007, p. 7-21 (ver tabela na página 15).



produzidos pelas sociedades europeias. Ela é igualmente imperativa para as pesquisas relacionadas às sociedades sem escrita, como o atestam, por exemplo, os trabalhos de antropólogos brasileiros sobre a história das populações indígenas<sup>64</sup>. Do mesmo modo, pode-se mostrar que as identidades linguísticas africanas se reconstituíram e se recompuseram, do outro lado do oceano, nas noites das *plantations*<sup>65</sup>. Historiadores e antropólogos mostram que a língua é o arquivo, o único arquivo, que as vítimas do tráfico levavam com elas. Os argumentos de Jan Vansina em favor da história oral na África parecem pertinentes ainda hoje<sup>66</sup>. De Thomas Jefferson a Franz Boas, a inteligência histórica e antropológica das sociedades indígenas da América do Norte requisitou a aquisição das línguas nativas<sup>67</sup>. Os fenômenos de apropriação da língua do colonizador, de contaminações cruzadas, de diglossias, de criouliização linguística, de *lingua franca* ou de *pidgin*, são os objetos maiores<sup>68</sup>. Essas transformações tocam também a passagem da oralidade à escrita, como as transcrições em alfabeto latino de línguas até então fixadas por pictogramas<sup>69</sup>. A produção de novas koine linguísticas em situação colonial continua um dos efeitos mais importantes dos processos engajados pela expansão europeia<sup>70</sup>. O estudo desse tipo de fenômenos supõe um conhecimento sério do conjunto das línguas que entraram em contato em cada uma das regiões observadas.

<sup>64</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>65</sup> SLENES, Robert W. 'Malungu, Ngoma vem!' África coberta e descoberta no Brasil. *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 12, 1992, p. 48-67; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SLENES, Robert W. The great porpoise-skull strike: Central-African water spirits and slave identity in early nineteenth-century. Rio de Janeiro. In: HEYWOOD, L. M. (dir.). *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 181-208; FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, n. 11-22, 2007, p. 122-146.

<sup>66</sup> VANSINA, Jan. Once upon a time: oral traditions as history in Africa. In: GILBERT, F. e GRAUBARD, S. R. (dir.). *Historical studies today*. New York: Norton & Company, 1972, p. 413-439. Agradeço a Anne Simonin por me ter indicado e fornecido este artigo.

<sup>67</sup> CONN, Steven. *History's shadow: Native Americans and historical consciousness in the nineteenth century*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004, p. 79-115.

<sup>68</sup> DAKHLIA, Jocelyne (dir.). *Trames de langues*. Usages et métissages linguistiques dans l'histoire du Maghreb. Tunis/Paris: IRMC/Maisonneuve & Larose, 2004.

<sup>69</sup> TERRACIANO, Kevin. *The Mixtecs of colonial Oaxaca: Ñudzahui history, sixteenth through eighteenth centuries*. Stanford: Stanford University Press, 2001; RESTALL, Matthew; SOUSA, Lisa e TERRACIANO, Kevin (dir.). *Mesoamerican voices: native language writings from Colonial Mexico, Oaxaca, Yucatan, and Guatemala*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

<sup>70</sup> LONGMORE, Paul K. Good English without idiom or tone: The colonial origins of American speech. *Journal of Interdisciplinary History*, n. 37-4, 2007, p. 513-542.

Muitas boas razões podem ser elencadas para fazer saltar o obstáculo linguístico, nomeadamente o caráter irreversível dos processos mundiais de unificação e de hibridização culturais. As posturas culturalistas são censuradas por essencializar as identidades e por não saber encontrar os desvios, as negociações, a pluralidade dos usos. Mas, por seu turno, o primado concedido à circulação e ao infinito rebaixamento das variações parece ter adquirido uma acessibilidade neutra e não problemática da qual é preciso, no entanto, apreender os mecanismos, os falsos pretextos, as imperfeições. A comodidade da inclinação anticulturalista é tomada ao preço de um desarmamento diante da inclinação teleológica que inscreve como uma necessidade a pulverização do particular em uma interconexão geral. Pode-se muito bem fazer a aposta otimista que o viés eurocêntrico é solúvel na globalização em curso. Não devemos, no entanto, fazer a aposta que esse processo mundial transformará, em pouco tempo, as exigências linguísticas em vestígios ou em fetiches de uma corporação aferrada a um culturalismo ultrapassado. É preciso ainda se convencer que o casal globalização / mundialização oferece ferramentas analíticas úteis para as ciências sociais<sup>71</sup>. Mas ao esperar resultados incertos, o estudo das sociedades colonizadas não pode fazer uso de economias quanto à capacidade de descrever e analisar tudo aquilo que em cada sociedade resiste ao contato, escapa às normalizações, constitui o resto<sup>72</sup>. Para compreender de quê um hibridismo é o resultado, para seguir o progresso de uma interação, pode-se querer dar os meios de caracterizar os termos em contato. E nesse caso, para retomar a fórmula de Sanjay Subrahmanyam, é possível escapar à falsa alternativa entre “incomensurabilidade” e pura transparência das culturas umas relacionadas às outras<sup>73</sup>.

### *Impérios e raças*

Questões transversais permitem que se interroguem os processos em curso nas sociedades em contato, sem isolar uma especialidade “colonial”. Um rincão historiográfico, hoje bastante frequente, oferece uma flexibilidade bem maior: o das formas imperiais. Construções institucionais fundadas sobre o princípio de agregações assimétricas de

<sup>71</sup> COOPER, Frederick. Le concept de mondialisation sert-il à quelque chose? Un point de vue d'historien. *Critique Internationale*, n. 10, 2001, p. 101-124.

<sup>72</sup> Exemplos de resistência das línguas, inclusive nos últimos territórios hoje sob administração colonial: ALDRICH, Robert e CONNELL, John. *The last colonies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 145-155.

<sup>73</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. Par-delà l'incommensurabilité: pour une histoire connectée des empires aux temps modernes. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, suppl. 54-4 bis, 2007, p. 34-53.

territórios e de populações diversas em torno de formas de pertencimento mais ou menos constrangedoras, os impérios se transformaram em objeto de atenção, pois eles não apresentam quase nenhum dos traços específicos do Estado-nação, a não ser o investimento simbólico em representações da majestade<sup>74</sup>. Seria insensato conduzir a análise do funcionamento das “monarquias compósitas”, segundo a expressão consagrada por John Elliott, distinguindo sua dimensão europeia e interior, de um lado, e sua projeção além-mar ou imperial, de outro lado<sup>75</sup>. Talvez os franceses estejam mal equipados para seguir tais pistas, já que persiste a ideia de que a composição territorial do seu país (agregações da Borgonha, da Provença e da Normandia no século XV; da Bretanha no século XVI; do Russiã, de Flandres, da Alsácia e da France-Comté no século XVII; da Lorena no século XVIII, etc.) não forma, entretanto, uma monarquia compósita. Gilles Havard, se configurando como exceção, reconstrói o vínculo entre a domesticação das províncias do oeste do reino da França e os estabelecimentos ao longo de Saint Laurent<sup>76</sup>.

Se aceitarmos não ter como simples e monolítica uma identidade europeia, cristã, ocidental, em resumo se não respondermos ao “orientalismo” através de um “ocidentalismo”, damo-nos os meios de observar de que maneira os fenômenos de alteridade radical, intrínsecos à Europa, suscitaram políticas de erradicação algumas vezes extremamente brutais<sup>77</sup>. A despeito de todos os equívocos que a expressão pode suscitar, algo como um colonialismo interior pode ser descrito a propósito de um conjunto de processos ocorridos desde a Idade Média<sup>78</sup>. As perseguições espanholas, simbolizadas pela data de 1492, se abatem sobre os “orientais do interior”<sup>79</sup>. Em suma, o debate historiográfico

<sup>74</sup> SPRUYT, Hendrik. *The sovereign state and its competitors: an analysis of systems change*. Princeton: Princeton University Press, 1994; BAYART, Jean-Françoise BERTRAND, Romain. De quel ‘legs colonial’ parle-t-on? *Esprit*, n. 12, 2006, p. 135-160.

<sup>75</sup> ELLIOTT, John H. A Europe of composite monarchies. *Past & Present*, n. 137, 1992, p. 48-71; GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’. *Annales HSS*, n. 56-1, 2001, p. 85-117.

<sup>76</sup> HAVARD, Gilles. La domestication intellectuelle des Grands Lacs dans la seconde moitié du XVIIe siècle. In: CASTELNAU-L’ESTOILE C. de e REGOURD, F. (dir.). *Connaissances et pouvoirs*. Espaces impériaux (XVIe-XVIIIe siècles). France, Espagne, Portugal. Pessac: Presses universitaires de Bordeaux, 2005, p. 63-81.

<sup>77</sup> BARTLETT, Robert. *The making of Europe: conquest, colonization, and cultural change, 950-1350*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

<sup>78</sup> HECHTER, Michael. *Internal colonialism: the Celtic fringe in British national development*. New Brunswick: Transaction Publishers, [1977] 1999; NETZLOFF, Mark. *England’s internal colonies: class, capital, and the literature of early modern English colonialism*. New York: Palgrave, 2003.

<sup>79</sup> STOLL, Andreas. Segregation, migration and recuperation of the Orient in Mediterranean Europe during the first modernity. The case of Semitic Spain. In: MOLHO, A.;

permite descrever à montante da modernidade convencional e antes das expedições longínquas as práticas que são já a marca da expansão europeia<sup>80</sup>. O caso da missão interior da Europa em relação às missões de além-mar oferece exemplos particularmente convincentes<sup>81</sup>. No século XIX, Sergei Mihajlovic Solovev definia a conquista do Estado como uma colonização, em um movimento de atração ininterrupto em direção aos espaços vazios<sup>82</sup>. O avanço da fronteira russa secretava assim a epopeia nacional, ao abrir-lhe os diversos mundos da Ásia. De maneira emblemática, a experiência russa permite apreender quanto, no cadinho imperial, não havia solução de continuidade entre a formação do país e a dominação das suas conquistas. Para tomar o último exemplo no domínio atlântico, quando os Constituintes mexicanos, após o fim da empresa colonial espanhola, debatiam para saber qual lugar conceder às “nações indígenas” não hispanófonas na comunidade política, um deputado não deixou de observar que essa situação não diferia em nada daquela na qual o legislador espanhol se confrontava com a realidade linguística basca<sup>83</sup>. A gestão de uma alteridade irreduzível é também uma experiência do Velho Mundo.

A fecundidade heurística do quadro de análise proposto por Norbert Elias no livro *A sociedade de corte* não precisa mais de demonstração. Compreender a organização política da sociedade sob a forma de uma pirâmide, cuja ponta imantada funciona como um teatro da majestade e como um mercado de honrarias, permite descrever os processos antigos de politização, sem que seja necessário antecipar sobre a formação constitucional do Estado-nação. Resta que o caso francês, tão

---

RAMADA CURTO, D. e KOVIORDOS, N. (dir.). *Finding Europe: discourses on margins, communities, images ca. 13th-ca. 18th centuries*. New York: Berghahn Books, 2007, p. 54-88. Ver igualmente NIRENBERG, David. Une société face à l'altérité. Juifs et chrétiens dans la péninsule Ibérique 1391-1449. *Annales HSS*, n. 62-4, 2007, p. 755-790.

<sup>80</sup> FUCHS, Barbara. Imperium studies: Theorizing early modern expansion. In: INGHAM, P. C. e WARREN, M. R. (dir.). *Post colonial Moves: medieval through modern*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 71-90.

<sup>81</sup> PALOMO, Federico. 'Disciplina christiana' Apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna. *Cuadernos de historia moderna*, n. 18, 1997, p. 119-138; PROSPERI, Adriano. *America e Apocalisse e altri saggi*. Pisa: Istituti editoriali e poligrafici internazionali, 1999, p. 65-87.

<sup>82</sup> BASSIN, Mark. Turner, Solov'ev, and the 'Frontier hypothesis': the nationalist signification of open spaces. *The Journal of Modern History*, n. 65-3, 1993, p. 473-511. Agradeço a Anna Joukovskaïa por ter me recomendado a leitura deste artigo.

<sup>83</sup> CLAVERO, Bartolomé. *Ama Llunku, Abya Yala: Constituyencia indígena y Código ladino por América*. Madrid: Centro des estudios políticos y constitucionales, 2000, p. 308-309.

emblemático, não permite que se leve em conta nada de um fenômeno bastante difundido na Europa moderna: os países ou reinos sem corte. A Escócia, a Boêmia, Aragão, Nápoles, a Hungria, a Noruega, entre outros, estão privados de corte, porque os titulares das coroas desses territórios reais são igualmente príncipes de outros territórios. O rei da Inglaterra, o arquiduque da Áustria e o santo imperador romano, o rei da Espanha, o rei da Dinamarca exercem sua autoridade e sua jurisdição eminente sobre países cujas cidades principais ou capitais se encontram duradouramente privadas da sua função de residência real. É nisso que consiste a principal assimetria política, pelo menos no quadro elaborado por N. Elias. Esses territórios reduzidos dispõem de uma ampla autonomia em sentido próprio: apenas o sistema jurídico de cada um é válido dentro de suas fronteiras. Mas a distribuição dos benefícios e das honrarias, as escolhas estratégicas, a promoção das famílias, tudo isso que conta se negocia ao longe, em terra estrangeira, em meios nos quais é preciso aprender a manejar a língua, e às vezes com grandes despesas. Essa experiência, largamente difundida, revela ou não questões coloniais?

Em um artigo célebre, Moses Finley recusou a quatro experiências medievais (o reino latino de Jerusalém, a expansão germânica para além do Elba, o império veneziano em terra grega, as feitorias genovesas) a qualidade de fenômenos coloniais<sup>84</sup>. O coração da argumentação não repousa sobre os alvos da expansão, relativamente próximos, mas sim sobre os caracteres singulares da antropologia feudal que pareciam incompatíveis com os processos de colonização<sup>85</sup>. Analisando caso a caso, esse julgamento pode sem dúvida ser objeto de revisões. Na Península Ibérica, a distribuição de terras conquistadas pelos exércitos cristãos, vindos do norte sobre os principados muçulmanos a velhas famílias cristãs, o confisco dos territórios mais férteis, e a fundação *ex nihilo* de cidades com traçado geométrico para fazer frente às sinuosidades da cidade árabe: todos processos que revelam sobre o repertório colonial<sup>86</sup>. O que dizer da transformação brutal, e perpetuamente inacabada da sociedade gaélica da Irlanda pelos "settlers" vindos da Inglaterra e da Escócia?<sup>87</sup> E a missão da Reforma católica romana na Boêmia e em terras

<sup>84</sup> FINLEY, Moses I. Colonies: an attempt at a typology. *Transactions of the Royal Historical Society*, n. 26, 1976, p. 167-188.

<sup>85</sup> BASCHET, Jérôme. *La civilisation féodale: de l'an mil à la colonisation de l'Amérique*. Paris: Flammarion, [2004] 2006, p. 339-416.

<sup>86</sup> TORRÓ, Josep. Jérusalem ou Valence: la première colonie d'Occident. *Annales HSS*, n. 55-5, 2000, p. 983-1008.

<sup>87</sup> CANNY, Nicholas. *Making Ireland British, 1580-1650*. Oxford: Oxford University Press, 2001; CANNY, Nicholas. The ideology of English colonization: From Ireland to America. *The William and Mary Quarterly*, n. 30-4, 1973, p. 575-598.

magiares, apoiada pela vontade dos arquiducos da Áustria, titulares da coroa do Sacro Império romano?<sup>88</sup> Como distinguir o que advém da formação da Rússia propriamente dita, em torno de Moscou aspirando ao título de Terceira Roma, e a formação de um império colonial na continuidade territorial? Mais genericamente, compreende-se quanto soa artificial separar duas realidades: os processos de agregação e de colonização em relação ao mais próximo, de um lado, e a gestão de conquistas longínquas, do outro.

As pistas exploradas por Michel Foucault nos seus cursos no Collège de France em torno da noção de “biopolítica” inscrevem o domínio da administração das populações e da gestão dos corpos em um quadro que não apresentava nenhuma distinção substancial entre as situações constatadas na Europa ocidental e nos territórios de além-mar<sup>89</sup>. Com efeito, as regras relacionadas aos casamentos, os deslocamentos coletivos, a estatística fiscal, a mobilização militar, o saneamento urbano são alguns dos instrumentos e dos recursos para administrar ativamente as populações. Essas ferramentas políticas foram testadas em diversos espaços, sobre populações tão variadas quanto os campesinatos europeus, o povo das cidades e os habitantes dos países colonizados<sup>90</sup>. No prolongamento imediato do problema da administração das populações, a questão da formação das distinções de raça se coloca, aqui ainda, na Europa e nos territórios conquistados ao longe.

Quando se procura identificar uma singularidade das ideologias racistas que as distingua das xenofobias ordinárias, o ir-vir da Europa em direção às suas expansões se revela indispensável<sup>91</sup>. Mas não é suficiente constatar que o preconceito de raça estigmatizou os irlandeses diante do olhar inglês no século XVI, ou os poloneses diante do olhar alemão no século XVIII, assim como ele pesou sobre as populações dos territórios

<sup>88</sup> EVANS, Robert J. W. *The making of the Habsburg monarchy, 1550-1700: an interpretation*. Oxford/New York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1979, p. 41-79.

<sup>89</sup> FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France, 1978-1979*, éd. par M. Senellart, sous la dir. de F. Ewald et A. Fontana. Paris: Le Seuil/Gallimard, 2004; FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France, 1977-1978*, éd. par M. Senellart, sous la dir. de F. Ewald et A. Fontana. Paris: Le Seuil/Gallimard, 2004; FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: cours au Collège de France, 1975-1976*, éd. par M. Bertiani et A. Fontana, sous la dir. de F. Ewald et A. Fontana. Paris: Le Seuil/Gallimard, 1997.

<sup>90</sup> HERZOG, Tamar. *Defining nations: immigrants and citizens in early modern Spain and America*. New Haven: Yale University Press, 2003.

<sup>91</sup> BOULLE, Pierre H. *Race et esclavage dans la France de l'Ancien Régime*. Paris: Perrin, 2007, p. 59-80; PEABODY, Sue. *There are no slaves in France: the political culture of race and slavery in Ancien Régime*. New York: Oxford University Press, 1996.

da colonização<sup>92</sup>. É possível ir mais longe e tentar compreender de que maneira o pensamento racial se constituiu em um sistema ideológico que abraça o conjunto das sociedades europeias e aquelas que foram colonizadas. De uma parte, a matriz indelével da falta que continua inscrita no corpo, seus fluidos, seus humores, suas formas e suas cores, se situa no antijudaísmo medieval e no anti-islamismo ibéricos<sup>93</sup>. Eu não saberia propor uma equivalência entre a indelebilidade da marca natural judia no Ocidente cristão e aquela da transmissão da impureza na geração dos intocáveis indianos<sup>94</sup>. De outra parte, o esquema da diferença essencial inapagável, que se aplica à negritude, foi superativado no sistema do tráfico atlântico e da economia de *plantations*<sup>95</sup>. A alteridade visível da pele negra pode servir de revelador metafórico do pecado escamoteado dos judeus convertidos. Antissemitismo e negrofobia alimentaram um sistema de correspondências desde o coração da Europa até a América das *plantations*<sup>96</sup>. O poligenismo e a adoção das leis que determinavam sobre a natureza intrinsecamente escrava da criança que nasceria de uma escrava lançam as bases de uma história natural da humanidade que se torna radicalmente segmentada e hierarquizada<sup>97</sup>. A animalização dos homens, que daí resulta, invade as imaginações dos dois lados do Atlântico e encontra traduções catastróficas na Europa, na América, na África<sup>98</sup>. A negrofobia e o antissemitismo não são apenas dois tipos

<sup>92</sup> CANNY, Nicholas. The ideology of English colonization: From Ireland to America. *The William and Mary Quarterly*, n. 30-4, 1973, p. 575-598; BRADY, Ciaran. Spenser's Irish crisis: Humanism and experience in the 1590s. *Past & Present*, n. 111, 1986, p. 17-49; WOLFF, Larry. *Inventing Eastern Europe: the map of civilization on the mind of the enlightenment*. Stanford: Stanford University Press, 1994, p. 284-355.

<sup>93</sup> YERUSHALMI, Yosef Hayim. L'antisémitisme racial est-il apparu au XXe siècle? De la limpeza de sangre hispanique au nazisme: continuités et ruptures. *Esprit*, n. 3, 1993, p. 5-35; MÉCHOULAN, Henry. Le sang de l'autre ou l'honneur de Dieu. Indiens, Juifs, Morisques dans l'Espagne du Siècle d'Or. Paris: Fayard, 1979.

<sup>94</sup> GEISS, Imanuel. *Geschichte des Rassismus*. Frankfurt: Suhrkamp 1988.

<sup>95</sup> BROWN, Kathleen. Good wives, nasty wenches, and anxious patriachs: gender, race, and power in colonial Virginia. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1996, p. 110; DAVIS, David B. The culmination of racial polarities and prejudice. *Journal of the Early Republic*, n. 19-4, 1999, p. 757-775.

<sup>96</sup> ROGOFF, Leonard. Is the Jew white? The racial place of Southern Jew. *American Jewish History*, n. 85-3, 1997, p. 195-230.

<sup>97</sup> BLACKBURN, Robin. The old world background to European colonial slavery. *The William and Mary Quarterly*, n. 54-1, 1997, p. 65-102; CHAPLIN, Joyce E. Race. In: ARMITAGE, D. e BRADDICK, M. J. (dir.). *The British Atlantic World, 1500-1800*. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2002, p. 154-172; SEBASTIANI, Silvia. Race and national characters in eighteenth-century Scotland: the polygenetic discourses of Kames and Pinkerton. *Studi Settecenteschi*, n. 21, 2001, p. 265-281.

<sup>98</sup> WISEMAN, Susan. Monstrous perfectibility: Ape-human transformation in Hobbes, Bulwer, Tyson. In: FUDGE, E.; GILBERT, R. e WISEMAN, S. (dir.). *At the borders of the*

de fenômenos que se pode pleitear dos modelos, mas mais ainda duas ideologias que se alimentaram uma e outra através do cruzamento de experiências feitas na Europa e nos territórios colonizados<sup>99</sup>. Quando o jurista e político conservador Hermann Wagener definia os judeus como “negros brancos” no meio do século XIX, ele registrava o encontro do velho antisemitismo europeu e da ideologia da superioridade branca experimentada nos teatros coloniais da expansão europeia<sup>100</sup>.

A historiografia recente tem o endurecimento das ideologias da raça como uma marca entre a Idade Média e a época moderna<sup>101</sup>. Uma versão restrita do problema nega a existência de dispositivos racistas, antes da publicação das classificações no tempo do Iluminismo e da formação da noção de hereditariedade nos anos 1830<sup>102</sup>. Uma versão menos restritiva toma os elementos da constituição de tais ideologias no tempo que decorre da Idade Média tardia ao advento do liberalismo. Se essa é a hipótese de trabalho mais fecunda, é preciso então sublinhar que esse tempo é também aquele da primeira grande expansão europeia.

### *Para além dos estudos coloniais*

Assim, os dois lados científicos que, na França, espreitam um domínio separado das pesquisas coloniais são facilmente identificáveis: o recorte de uma categoria de estudos que continua a se manter afastada da história nacional ou metropolitana, a possibilidade de decifrar as sociedades anteriormente colonizadas com a ajuda apenas de veículos linguísticos das antigas potências coloniais. A compreensão dos processos que se vinculam ao conjunto dos fenômenos da expansão dos europeus através do mundo convoca outras estratégias científicas. Os objetos de natureza transversal, os impérios, a gestão de populações, a emergência de categorias raciais, entre outras possíveis, impõem abordagens que devem ser, a um só tempo, interiores, coloniais e internacionais. Para

---

*human: beasts, bodies and natural philosophy in the early modern period.* Basingstoke/ New York: Palgrave, 1999, p. 215-238.

<sup>99</sup> FREDRICKSON, George. *Racisme. Une histoire.* Paris: Liana Lévi, 2003, p. 187-189.

<sup>100</sup> GOLDBERG, Ann. The black Jew with the blond heart: Friedrich Gundolf, Elisabeth Salomon, and conservative bohemianism in Weimar Germany. *The Journal of Modern History*, n. 79, 2007, p. 306-334.

<sup>101</sup> COHEN, Jeffrey Jerome. On Saracen enjoyment: Some fantasies of race in late medieval France and England. *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, n. 31-1, 2001, p. 113-146; BURTON, Jonathan e LOOMBA, Ania (dir.). *Race in early modern England.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-36 (introduction).

<sup>102</sup> HUDSON, Nicholas. From ‘Nation’ to ‘Race’: The origin of racial classification in eighteenth-century thought. *Eighteenth-Century Studies*, n. 29-3, 1996, p. 247-264.



conduzir tais pesquisas, não é indispensável endurecer excessivamente uma especialização em estudos coloniais, é suficiente afrontar a complexidade das relações que se instauram, em diversas escalas, nos processos mundiais de politização e de mobilização dos recursos.

Uma tal agenda científica é possível à condição que os departamentos generalistas de história e de ciências sociais acolham em seu seio os especialistas dos mundos não europeus. As chacotas comuns que se escutam na França a propósito dos debates anglófonos sobre os domínios colonial e pós-colonial deixariam um som um pouco menos falso se a formação para a pesquisa concernente às sociedades não europeias fosse, em nosso país, tão amplamente assegurada como ela é nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, no Canadá, na Austrália.

A constituição de um domínio dos estudos coloniais, na França, pode pretender compensar um atraso. Mas os pesquisadores em ciências sociais não estão condenados a uma estratégia da retomada. O momento é dominado por uma encenação da descentralização dos europeus ao preço da promoção de uma escala difícil de ser submetida: o mundo. Uma contribuição contemporânea às discussões científicas internacionais depende de nossa capacidade de compreender a língua e a cultura das sociedades do mundo no debate generalista das ciências sociais, que, quando não explicita seu terreno, se refere sempre à Europa ocidental, ou entre nós, pior ainda, à França. Tornou-se urgente, nessas condições, assegurar um levantamento concernente às diferentes gerações para os futuros especialistas de terrenos longínquos, sejam eles determinados por situações coloniais ou não. Ela passa pela promoção de jovens pesquisadores que, especialistas sobre regiões culturalmente distantes, encontrem seu espaço no coração do sistema de ensino superior e não em suas margens. Uma tal política científica supõe que lhes sejam oferecidos os meios de uma dupla formação profissional, filológica e disciplinar. Se essas condições forem preenchidas, os fenômenos coloniais encontrarão o seu lugar no debate geral sobre os processos históricos de transformação.

Recebido em: 5 de setembro de 2014

Aprovado em: 28 de outubro de 2014